



Moraes ordena busca e apreensão em endereços de oito bolsonaristas que trocaram mensagens defendendo golpe. Ministro também determina bloqueio das contas bancárias, quebra de sigilo bancário e depoimento

Devassa contra empresários

» SANDY MENDES
» TAÍSA MEDEIROS

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), partiu para a ofensiva contra empresários que trocaram mensagens defendendo golpe de Estado. Por ordem do magistrado, a Polícia Federal cumpriu, ontem, mandados de busca e apreensão em endereços dos **oito bolsonaristas**. A operação ocorreu em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Ceará. A decisão do ministro foi tomada no inquérito que investiga milícias digitais criadas para atacar as instituições democráticas.

Além das buscas, Moraes determinou os bloqueios das contas bancárias dos empresários e de seus perfis nas redes sociais, a tomada de depoimentos e a quebra de sigilo bancário deles. Na semana passada, o jornalista Guilherme Amado revelou que as conversas do grupo num aplicativo de mensagem versaram sobre um golpe de Estado caso o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) seja eleito. O petista lidera as pesquisas de intenção de voto, com o presidente Jair Bolsonaro (PL) na segunda colocação. Segundo a reportagem, os empresários fizeram ataques, também, ao sistema eleitoral e manifestaram apoio ao ato de 7 de Setembro, convocado pelo chefe do Executivo.

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filhos do presidente da República, fizeram críticas à operação. “PF em casa devido a mensagens de zap? Qual crime? É operação claramente para intimidar qualquer figura notória de se posicionar politicamente

STF/Divulgação



A decisão de Alexandre de Moraes foi tomada no inquérito que investiga a ação de milícias digitais contra instituições democráticas

Alvos

Os investigados são: Luciano Hang (Havan), Afrânio Barreira Filho (rede Coco Bambu), Ivan Wrobel (W3 Engenharia), José Isaac Peres (grupo Multiplan), José Koury (proprietário do shopping Barra World), Luiz André Tissot (Sierra Móveis), Marco Aurélio Raymundo (Mormaii) e Meyer Joseph Nigri (Tecnisa).

a favor de Bolsonaro ou contra a esquerda”, escreveu Eduardo. “É insano determinar busca e apreensão sobre empresários honestos, que geram milhares de empregos”, postou Flávio.

Além da família, aliados de Bolsonaro saíram em defesa dos empresários investigados. Nas redes sociais, a deputada Bia Kicis (PL-DF) classificou a operação como antidemocrática. “Se você não se indigna ao saber que a PF está fazendo busca e apreensão na casa de oito grandes empresários brasileiros por ordem do Xandão em razão de mensagens trocadas em grupo de WhatsApp, você não apoia a democracia”, enfatizou.

Pacheco

Já o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), chamou de “tração à Pátria” a defesa de um golpe de Estado. “Qualquer pessoa, independentemente de ser empresário ou não, conhecido ou não, qualquer pessoa que prega retrocesso democrático, atos institucionais, volta da ditadura está redondamente equivocada, e é desserviço ao país, uma traição à Pátria. Isso, obviamente, tem de ser repudiado e rechaçado com toda a veemência pelas instituições”, frisou.

O senador disse acreditar, porém, que a democracia brasileira não corre riscos por conta de atos

desse tipo. “A nossa democracia está tão assimilada, forte e institucionalizada pelas instituições e pela sociedade que eu considero esses arroubos, que precisam ser repudiados, mas eles de fato não fazem gerar um risco concreto para nossa democracia. São manifestações infelizes que precisam ser rechaçadas”, acrescentou.

Pacheco afirmou que as eleições ocorrerão “dentro da normalidade”. “O resultado será evidentemente respeitado e não há a mínima razão para se desconfiar do resultado. No dia 1º de janeiro, repito, o Congresso estará reunido para dar posse, seja quem for.”

Aras é desmentido por Moraes

O impacto da operação da Polícia Federal, que fez buscas em endereços de empresários bolsonaristas, abriu caminho para um embate entre o procurador-geral da República, Augusto Aras, e o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Enquanto o chefe do Ministério Público Federal diz que “tomou conhecimento da existência” da investigação somente ontem de manhã, o magistrado contra-atacou e desmentiu Aras. Moraes divulgou certidões que, segundo ele, comprovam que o MPF foi “intimidado pessoalmente” de sua decisão às 14h41 de segunda-feira.

Segundo o ministro, a ordem para buscas contra empresários aliados do presidente Jair Bolsonaro chegou ao gabinete da

vice-procuradora-geral da República, Lindora Araújo, às 16h40 de segunda. “Importante ressaltar que esse procedimento de intimação é rotineiro, a pedido da própria PGR, conforme demonstram inúmeros inquéritos e petições que tramitam nesse gabinete”, assegura Moraes, em nota.

Em comunicado na tarde de ontem, a PGR afirmou que a totalidade da investigação ainda não havia remetida ao órgão para “ciência formal” da decisão assinada por Moraes na sexta-feira, ordenando as diligências executadas ontem.

Aras alega que “não houve intimação pessoal” da ordem judicial. A PGR afirmou, em nota, que houve “entrega, em procedimento não usual, de cópia da decisão na tarde dessa segunda-feira, 22, em sala situada nas

dependências do STF, onde funciona unidade de apoio aos subprocuradores-gerais da República e ao PGR”. A sala é um escritório de apoio, que não conta com a presença contínua de procuradores, apenas servidores.

Fontes ligadas ao órgão sustentam que o Ministério Público “tem que ser intimado pessoalmente”. Essa comunicação, segundo procuradores, deve ser acompanhada dos autos da investigação, com todas as informações a respeito da apuração, não somente a cópia da decisão que determinou as diligências.

Routineiramente, oficiais de Justiça levam à PGR as decisões dos ministros dos tribunais superiores. Não foi isso que aconteceu no caso da operação contra empresários bolsonaristas,

AFP



PGR disse não ter sido informado sobre operação contra empresários

segundo a Procuradoria.

Em nota divulgada após o posicionamento da PGR, o gabinete de Moraes relatou a entrega da decisão proferida pelo ministro, na sexta-feira, para a Assessoria de Apoio aos Membros da

Procuradoria-Geral da República no Supremo. “A referida decisão, posteriormente, foi encaminhada ao gabinete da vice-procuradora-geral da República às 15h35, onde foi recebida às 16h40 do mesmo dia”, explicou a equipe de Moraes.

Diálogo com os militares

» LUANA PATRIOLINO

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, recebeu em audiências, ontem, o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira; representantes da Polícia Federal e integrantes do movimento Pacto pela Democracia. As reuniões, para tratar da segurança do pleito e da lisura do processo, ocorreram na sede da Corte.

Moraes conversou com Nogueira por cerca de uma hora. A imprensa não foi autorizada a acessar o local, e os dois não se pronunciaram a respeito do encontro.

A reunião é uma tentativa de reaproximação com os militares, que têm uma relação estremeçada com a Corte por conta do papel das Forças Armadas no processo eleitoral. Nogueira fez a solicitação para o encontro há meses, mas não obteve resposta positiva do então presidente do TSE, Edson Fachin.

Na ocasião, Fachin alegou que a reunião poderia significar privilégio para os militares diante de outros integrantes do Comitê de Transparência Eleitoral (CTE). O grupo é formado por diversas entidades, com representantes do Ministério Público Federal (MPF), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Congresso Nacional, Polícia Federal, universidades, entre outros.

Após a reunião com o titular da Defesa, Moraes recebeu representantes da PF. O encontro durou 30 minutos. Em seguida, os integrantes do Pacto pela Democracia também tiveram audiência com o ministro.

O magistrado já tinha se reunido com o presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Na segunda-feira, o parlamentar foi à Corte e, na saída, defendeu o processo de votação do país. Ele ainda ressaltou que não há registro de fraudes nas urnas eletrônicas.

Pacheco citou que, desde 1996, ano da implantação das máquinas, não houve nenhum motivo para despertar desconfiança. Agora, porém, o presidente Jair Bolsonaro insiste em levantar dúvidas sobre a lisura do processo.

Moraes assumiu o comando do TSE na terça-feira passada e disse que fará um combate “implacável” às fake news contra o sistema de votação. O magistrado afirmou que trabalhará de modo firme e sereno durante o pleito e condenou a propagação do discurso de ódio no país.



ALEXANDRE GARCIA

O ESTADO TEM A FUNÇÃO DE GARANTIR, ENTRE AS LIBERDADES, A DE TER OU NÃO TER RELIGIÃO. ESTADO LAICO NÃO DEVE SIGNIFICAR ESTADO ANTIRRELIGIOSO

Religião e eleição

A religião nunca esteve tão presente em campanhas eleitorais como agora. Talvez se pudesse dizer que Deus e o diabo estão nos comícios. O presidente Bolsonaro vem participando, há tempos, das marchas para Jesus, com a recente participação ativa da primeira-dama Michelle, que é evangélica. Lula acaba de afirmar, em comício, que não precisa de pastores e padres para falar com Deus. Basta fechar-se no quarto para conversar horas com Deus. No dia seguinte a essa declaração, Bolsonaro

levou Michelle à missa, na Igreja de Nossa Senhora da Esperança, em Brasília.

Meu colega de Jornal do Brasil, o ex-deputado Fernando Gabeira, com o brilho de sempre, sugere no jornal que se trate na campanha de grandes temas nacionais, em lugar do debate religioso, de tempos em que não havia separação entre Estado e religião. Sim, o Estado é laico — a gente repete. Mas há realmente separação entre Estado e religião? Já no preâmbulo da Constituição, os

constituintes declaram que a promulgam “sob a proteção de Deus”. Entre as cláusulas pétreas da Constituição está a inviolabilidade de crença, assegurado o exercício dos cultos e proteção aos locais religiosos, assim como a assistência religiosa em lugares de internação coletiva, como presídios e quartéis. No art. 143, alegação de crença religiosa pode substituir o serviço militar obrigatório. E o art. 150 proíbe instituir impostos sobre patrimônio, renda e serviços de templos de qualquer culto.

Em aparente contraposição, o art. 19 proíbe o serviço público de estabelecer cultos

ou igrejas, de subvencioná-los ou embarcá-los ou manter com eles relações de dependência ou aliança. Por isso, o Estado seria laico? Olho para fotos da nossa Suprema Corte de Justiça e vejo um crucifixo, símbolo cristão, dominando o plenário onde se anunciam as decisões. Nos gabinetes de chefes de poder, governadores, prefeitos, em geral há imagens religiosas. Está até no papel-moeda: “Deus seja louvado”, posto por Sarney em 1986, imitando o In God we trust, do dólar. O Código Penal brasileiro (art.208) pune com até três anos de prisão quem escarnecer de algum fiel, ou

perturbar cerimônia religiosa, ou vilipendiar objeto de culto. Estado laico?

Tenho visto manifestações políticas atacando imagens que são sagradas para a religião. Para uns, seria combate à idolatria; para outros, cometimento de sacrilégio. Questões como aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, ideologia de gênero, educação sexual para crianças, liberação de drogas, valores familiares, têm sido, na verdade, objeto desta campanha eleitoral, porque são temas que misturam religião e política. O Estado tem a função de garantir, entre as liberdades, a de ter ou

não ter religião. Estado laico não deve significar estado antirreligioso, como o comunismo da União Soviética, que tentou banir a religião — e as raízes da Rússia são profundamente religiosas. Hoje, a Nicarágua persegue padres, tal como aconteceu em Cuba. No Chile, queimaram igrejas recentemente. O Estado brasileiro não tem religião, como o Vaticano ou o Irã, ou como tem a Argentina, onde o segundo artigo da Constituição afirma que o governo federal apoia o culto católico. Em suma, o Estado brasileiro pode ser necessariamente laico, mas não os eleitores nem os candidatos.